



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682485 - SC (2021/0233101-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLOVIS AMORIM
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLÓVIS AMORIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (0901169-28.2017.8.24.0011).

O paciente foi condenado às penas de 8 meses de detenção, em regime aberto, bem como ao pagamento de 13 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 2º, II, da Lei n. 8.137/90, por cinco vezes, na forma do art. 71, *caput*, do CP. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma restritiva de direitos.

Inconformado, o paciente interpôs apelação criminal, em cujas razões pleiteou a absolvição, a alteração da pena substitutiva e a redução da prestação pecuniária para o mínimo legal. O TJSC negou provimento ao recurso da defesa.

A impetrante sustenta que o TJSC manteve a condenação do paciente pela prática do crime de “não recolhimento de ICMS”, com base apenas na adequação formal das suas condutas ao tipo penal, deixando de reconhecer as elementares “contumácia da inadimplência” e “dolo de apropriação”, exigidas pelo STF para tipificar a conduta.

Requer a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* reconhecendo-se a ilegalidade do acórdão prolatado pelo TJSC, para suspender os efeitos da condenação até julgamento final do *writ*. Ao final, concedida ou não a liminar, declare-se a ilegalidade do acórdão impugnado, para o fim de: a) absolver o paciente, em virtude da atipicidade formal da conduta que lhe foi imputada de deixar de recolher ICMS próprio, por ausência de provas da “contumácia” e do “dolo de apropriação”; b) subsidiariamente, readequar a pena substitutiva, de modo a substituir a pena privativa de liberdade por multa (em vez de pena restritiva de direito), nos termos do §2º do art. 44 do CP; c) subsidiariamente, reduzir o valor da prestação pecuniária para o mínimo legal (um salário mínimo vigente à época dos fatos) devido à falta de fundamentação concreta da decisão que fixou o patamar da prestação acima do mínimo legal; d) subsidiariamente, caso não seja conhecido o *habeas corpus*, seja a ordem concedida de ofício, diante da manifesta ilegalidade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência